

YouTube Brasil pagará ao Ecad ao menos R\$ 258 mil por ano

Acerto entre as partes também prevê 'taxa de assinatura' de R\$ 645 mil

Editoria de Arte

Cristina Tardáguila

Para exibir na internet vídeos que contêm parte ou a íntegra das músicas protegidas pelo Escritório de Arrecadação e Distribuição (Ecad) em território nacional, o YouTube Brasil terá que pagar trimestralmente à entidade 2,5% da receita bruta advinda das páginas do site que tiverem "conteúdo assistível". Se o valor atrelado a essa porcentagem não chegar a R\$ 258 mil em um ano, o maior site de vídeos do planeta repassará esse montante previamente estabelecido ao órgão que recolhe e paga os direitos autorais de todos os músicos do país na forma de "remuneração mínima anual".

Assim ficou acertado na carta de intenções assinada em 9 de julho de 2010 pela superintendente do Ecad, Glória Braga, e pelo presidente de operações globais de venda e desenvolvimento de negócios do Google (dono do YouTube), Nikesh Arora.

No documento de seis páginas ao qual o GLOBO teve acesso, também fica decidido que o YouTube pagará ao Ecad R\$ 645 mil como "taxa de assinatura". Esse valor, segundo informa o documento, deveria ser repassado ao escritório arrecadador 45 dias depois da assinatura da carta e daria quitação à cobrança de direitos autorais relativa a todas as execuções públicas feitas pelo site no Brasil entre o início de suas operações no país e a data do contrato. Seria uma cobrança retroativa dos direitos autorais dos músicos com repertório protegido.

Dois anos de experiência

Uma cláusula de sigilo impediu, até agora, que as partes revelassem o que foi acordado em relação à cobrança de direitos autorais no YouTube Brasil no segundo semestre do ano passado, mesmo estando previsto para este mês o primeiro repasse de dinheiro recolhido pelo escritório junto ao site.

Segundo a carta de intenções, as regras e valores estabelecidos devem valer pelos próximos dois anos, período considerado "de experimentação".

A identificação das obras executadas no YouTube — informação vital para o correto repasse do dinheiro arrecadado — será feita com a colaboração das duas partes envolvidas. Sobre o assunto, o texto determina que Ecad e YouTube se pautem "com a máxima boa-fé e sigilo" no que diz respeito a esse processo.

Nas considerações finais do documento, o Ecad registra ainda que tem o direito de exigir diretamente do usuário da ferramenta *embedded* (aquela que torna disponível no website de terceiros um reprodutor de vídeo que remete ao acervo do YouTube no Brasil) a devida autorização para exploração do repertório. Em miúdos, quem adicionar um *player* do YouTube Brasil a

seu próprio site continuará sujeito à cobrança de direitos autorais.

Para apresentar detalhadamente o modelo de distribuição que o escritório arrecadador vai adotar neste mês para repassar aos músicos o dinheiro recolhido junto ao YouTube, O GLOBO enviou dez perguntas ao Ecad.

Em nota, o escritório respondeu a algumas delas. Informou que o critério de distribuição obedecerá ao ranking das composições mais executadas no YouTube Brasil e que "a quantidade de fonogramas que comporá o ranking será determinada pela verba a ser distribuída e pela quantidade de execuções musicais visualizadas nos vídeos".

O Ecad também afirmou que o repasse será pago se-

mestralmente, sempre nos meses de junho e dezembro, e que somente serão distribuídos os direitos relativos às músicas protegidas, ou seja, àquelas que estiverem devidamente registradas em uma das nove associações que o compõem.

O escritório não respondeu, no entanto, quanto arrecadou na rubrica criada especialmente para o YouTube Brasil no último semestre de 2010 — o valor que deverá distribuir até o fim do mês. Informou que a previsão é recolher aproximadamente R\$ 510 mil em 2011.

O escritório de advocacia Montauray Pimenta, Machado & Vieira de Mello, que cuida dos interesses do Google no país, citou a cláusula de sigilo da carta para não se pronunciar sobre o assunto. ■

